



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**POLÍCIA JUDICIÁRIA**

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

**ANEXO I**

**PERFIL DE COMPETÊNCIAS**

**Referência BBG – área forense de Biologia**

1. Carreira

Especialista de Polícia Científica

2. Natureza das funções e áreas de atuação

Funções inerentes à carreira de especialista de polícia científica, com grau de complexidade funcional 3, sendo genericamente as constantes no Quadro 2 do anexo I do Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária (EPPJ)

3. Formação Formal:

a. Grau:

Licenciatura:

b. Áreas de Educação e Formação - CNAEF:

Biologia

Biologia Aplicada

Biologia e Biotecnologia

Biologia Celular e Molecular

Bioquímica

Bioengenharia

Biotecnologia

Ciências Farmacêuticas

Engenharia Biológica

Engenharia Biomédica

Engenharia Química e Biológica

Engenharia Química e Bioquímica

Farmácia

Genética e Biotecnologia

**POLÍCIA JUDICIÁRIA**

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

4. Competências Técnicas

a. O exercício de funções inerentes às áreas de atuação referidas no ponto 2 requer um conjunto de conhecimentos associados à especificidade que caracteriza a Administração Pública e a Polícia Judiciária:

- Organização política e administrativa do Estado
- Estrutura organizacional da Polícia Judiciária
- Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária
- Cooperação policial internacional multilateral – INTERPOL e EUROPOL
- Processo Penal:
  - Da forma dos atos e da sua documentação
  - Da prova – Disposições gerais
  - Da prova pericial
  - Dos exames
  - Das revistas e buscas
  - Das apreensões
  - Das medidas cautelares e de polícia
  - Das declarações dos peritos e consultores técnicos
- Sistema de Gestão da Qualidade
- Acreditação

b. Requer, também, o domínio de matérias específicas à área de atuação:

- Identificação Humana
- Genética Forense



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

## ANEXO II

### **Dimensões Específicas da Avaliação Psicológica**

#### **Referência BBG – área forense de Biologia**

##### 1. Características gerais do processo de avaliação psicológica

A utilização da avaliação psicológica nos processos de seleção para a função de especialista de polícia científica, constitui uma das ferramentas de gestão de recursos humanos mais utilizada, de forma transversal nos diferentes tipos de instituições policiais. A qualidade e saúde psicológicas das mulheres e homens que realizam este tipo de trabalho constitui um indicador futuro na integração profissional e qualidade técnica do trabalho produzido, tendo com fortes implicações na produtividade destas instituições.

Pela sua natureza a avaliação psicológica deve constituir uma das fases de seleção no que se refere à escolha e contratação de um candidato, devendo por isso ser um processo integrado num conjunto de mecanismos de avaliação que permitem obter uma visão integrada das competências de cada candidato. Este processo engloba os seguintes pontos:

- a. A avaliação psicológica é dinâmica, dando-se preferência às competências associadas à personalidade, relações interpessoais e gestão das emoções.
- b. Na avaliação psicológica não é possível efetuar médias aritméticas dos resultados obtidos, tendo presente o tipo de competências avaliadas e o contexto da própria avaliação.
- c. Na avaliação psicológica é efetuada uma análise das competências do candidato, tendo presente os seus resultados individuais e em comparação com os restantes candidatos.
- d. As competências que são avaliadas, assim como os valores de referência para a análise dos resultados foram definidos a partir de critérios científicos

**POLÍCIA JUDICIÁRIA**

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

desenvolvidos por três fontes de investigação científica: trabalhos desenvolvidos pelo Gabinete de Psicologia e Seleção, investigação internacional sobre a seleção de profissões do sistema de justiça e trabalhos de aferição de provas realizados por entidades especializadas na seleção de pessoal.

- e. Os psicólogos têm a responsabilidade de selecionar e utilizar, de modo apropriado, protocolos de avaliação válidos, atualizados e fundamentados do ponto de vista científico. Estes protocolos incluem testes e outros instrumentos de avaliação psicológica, que são utilizados para justificar formulações e conclusões incluídas em avaliações, diagnósticos, relatórios e pareceres.
- f. As provas de avaliação psicológica serão aplicadas e cotadas em formato Online, metodologia que aumenta a rapidez e correção do processo de aplicação e cotação. A análise e o processo de decisão serão efetuados pela equipa de psicólogos do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, em sistema colegial.
- g. Os resultados obtidos pelos candidatos ao concurso para especialista de polícia científica, corresponderão à articulação de diferentes valores apresentados pelos mesmos nos vários testes que compõem o protocolo de avaliação psicológica e tendo presentes as competências específicas que definem o desempenho da função referida.
- h. Daqui resulta que a bateria de avaliação psicológica segue as boas práticas europeias e internacionais em matéria de avaliação psicológica no contexto da seleção profissional.
- i. A avaliação de cada candidato é feita de forma colegial entre os psicólogos do Gabinete de Psicologia e Seleção.
- j. Existem linhas orientadoras em relação à escolha de baterias de testes, aplicação, cotação, avaliação e arquivo de dados, que estão definidos Princípios Específicos do Código Deontológicos da Ordem dos Psicólogos Portugueses,

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA



cumpridas pelo Gabinete de Psicologia e seleção do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

## 2. Identificação das competências psicológicas a avaliar

Com base no conjunto de atividades e responsabilidades associadas à função de especialista de polícia científica, foi definido um conjunto de competências psicológicas a serem consideradas e avaliadas no presente processo de seleção, apresentadas na presente tabela:

Avaliação Psicológica Competências Gerais	Competências Específicas	Definição das competências específicas
Gestão das Emoções	Lidar com pressão e contrariedades/Resiliência	<ul style="list-style-type: none"><li>- Manter-se produtivo em ambientes de grande pressão.</li><li>- Manter o controlo emocional em situações difíceis.</li><li>- Apresentar um equilíbrio entre as exigências do trabalho e a vida pessoal.</li><li>- Aceitar bem as críticas que lhe são feitas e aprender com elas.</li></ul>
	Capacidade de tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"><li>- Tomadas de decisões rápidas e de forma clara que podem implicar opções difíceis ou envolver riscos.</li><li>- Assumir responsabilidades por ações, projetos e pessoas.</li><li>- Tomar iniciativa, agir com confiança e trabalhar com autonomia.</li><li>- Iniciar e desenvolver atividades.</li></ul>
	Motivação	<ul style="list-style-type: none"><li>- Executar o trabalho de forma sistemática, procurando atingir os objetivos estabelecidos;</li><li>- Procurar articular as metas pessoais com os objetivos da organização.</li><li>- Definir objetivos de carreira aproveitando as oportunidades de formação e de desenvolvimento a que tem tido acesso.</li></ul>
Relacionamento interpessoal	Capacidade para trabalhar com pessoas	<ul style="list-style-type: none"><li>- Mostrar interesse e compreensão pelos outros.</li><li>- Adapta-se ao grupo e construir espírito de equipa.</li></ul>
	Relacionar-se e trabalhar em rede	<ul style="list-style-type: none"><li>-Estabelecer boas relações com os interlocutores internos e externos;</li><li>-Estabelecer redes e contactos alargados e eficazes dentro e fora da organização.</li><li>- Gerir o conflito.</li><li>- Possui sentido de humor.</li></ul>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and initials 'SL' and 'PM' below it.



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

	<b>Apresentar e comunicar Informação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Falar de modo claro e fluente.</li><li>- Expressar com clareza opiniões, informação e os pontos-chave de um argumento.</li><li>- Transmitir uma imagem de credibilidade.</li></ul>
<b>Organização, planeamento e Execução</b>	<b>Aderir a Princípios e Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Defender os valores e a ética.</li><li>- Mostrar integridade.</li></ul>
	<b>Criar e inovar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Produzir novas ideias, propostas ou explicações ou soluções para problemas.</li><li>- Procurar oportunidades para a melhoria da Organização.</li></ul>
	<b>Adaptar-se e responder à mudança</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Adaptar-se às alterações que ocorrem no meio.</li><li>- Aceitar ideias novas e iniciativas que implicam mudança.</li><li>- Ajustar o estilo de relacionamento para corresponder às exigências de pessoas e situações diversas.</li></ul>
	<b>Aprender e investigar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Aprender rapidamente novas tarefas e memorizar informação.</li><li>- Reunir informação completa para apoiar a tomada de decisão.</li></ul>
	<b>Cumprir instruções e procedimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Seguir as instruções que recebe de outros.</li><li>- Seguir procedimentos e políticas e respeitar o planeamento do trabalho.</li><li>- Ser pontual na chegada ao trabalho e às reuniões.</li></ul>



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**POLÍCIA JUDICIÁRIA**

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

**ANEXO III**

**ÁREAS TEMÁTICAS, BIBLIOGRAFIA E LEGISLAÇÃO**

**Referência BBG – área forense de Biologia**

I

Conhecimentos técnicos transversais – Parte I da Prova de Conhecimentos

**1. Áreas temáticas:**

- Organização política e administrativa do Estado
- Estrutura organizacional da Polícia Judiciária
- Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária
- Cooperação policial internacional multilateral – INTERPOL e EUROPOL
- Processo Penal:
  - Da forma dos atos e da sua documentação
  - Da prova – Disposições gerais
  - Da prova pericial
  - Dos exames
  - Das revistas e buscas
  - Das apreensões
  - Das medidas cautelares e de polícia
  - Das declarações dos peritos e consultores técnicos
- Sistema de Gestão da Qualidade
- Acreditação

**2. Bibliografia:**

- Freitas do Amaral, Diogo, Curso de Direito Administrativo Volume I. Lisboa: Almedina
  - Capítulo I - A organização administrativa portuguesa - § 1.º A administração central do estado
- Braz, José, Investigação criminal. Lisboa: Almedina
  - Prova material, real ou objetiva
  - Meios de obtenção de prova



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

### Medidas cautelares e de polícia

- Braz, José, Ciência, Tecnologia e Investigação Criminal. Lisboa: Almedina

2. A ciência ao serviço do direito e da justiça.

- Valente, Manuel Monteiro Guedes, Teoria Geral do Direito Policial. Lisboa: Almedina  
Parte II, Capítulo I, Secção II, Das medidas cautelares e de polícia no processo criminal

Parte II, Capítulo II, Secção III - regime jurídico da investigação criminal, § 81º  
Da competência de investigação criminal da Polícia Judiciária

Capítulo V – Cooperação policial

- <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4004/7/Apêndice%20A%20-%20Sistema%20de%20Gestão%20da%20Qualidade.pdf>

- <https://estrategor.pt/gestao-da-qualidade/um-sistema-gestao-da-qualidade/>

- <http://www.ipac.pt/ipac/funcao.asp>

- “Vantagens de ser um laboratório acreditado” - <https://ilac.org/language-pages/portuguese/>

### 3. Legislação:

**Nota — Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada, bem como todas as já ocorridas desde a data da sua publicação**

- Constituição da República Portuguesa

- Código do Procedimento Administrativo - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro

- Princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado - Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho

- Código do Trabalho - Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

- Código de Processo Penal – Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de fevereiro

- Estrutura organizacional da Polícia Judiciária – Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro

- Estatuto Profissional do Pessoal da Polícia Judiciária – Decreto-Lei n.º 138/2019, de 13 de setembro





S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
**POLÍCIA JUDICIÁRIA**  
LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

II

Bibliografia específica e legislação

Conhecimentos técnicos específicos – Parte II da Prova de Conhecimentos

**1. Referência: BBG – área forense de Biologia**

1.1. Áreas temáticas:

Identificação Humana

Genética Forense

1.2. Bibliografia:

Butler, J.M., Forensic DNA typing: biology, technology, and genetics of STR markers. 2005: Academic Press.

Butler, J.M. (2010). Fundamentals of Forensic DNA Typing. Elsevier.

Butler, J.M., Advanced topics in forensic DNA typing: methodology. 2011: Academic Press.

SWGDM Interpretation Guidelines for Autosomal STR Typing by Forensic DNA Testing Laboratories -<https://www.swgdam.org/publications>

ENFSI DNA Working Group- DNA Contamination prevention guidelines – <https://enfsi.eu/wp-content/uploads/2017/09/DNA-contamination-prevention-guidelines-v2.pdf>

Rich Press, DNA Mixtures: A Forensic Science Explainer What are DNA Mixtures? And why are they sometimes so difficult to interpret? <https://www.nist.gov/featured-stories/dna-mixtures-forensic-science-explainer>

<https://www.fbi.gov/services/laboratory/biometric-analysis/codis/rapid-dna>

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6282972/>

1.3. Legislação:

**Nota — Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada, bem como todas as já ocorridas desde a data da sua publicação**

BASE DE DADOS DE PERFIS DE ADN - IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

Lei n.º 5/2008 - Diário da República n.º 30/2008, Série I de 2008-02-1

Lei n.º 90/2017 - Diário da República n.º 161/2017, Série I de 2017-08-22

Portaria n.º 161/2018 - Diário da República n.º 108/2018, Série I de 2018-06-06

Regulamento n.º 827/2019 – Diário da República n.º 204/2019, Série II de 2019-10-23



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

ANEXO IV

FICHA 1

Ficha Individual de classificação de EPS

Referência BBG – área forense de Biologia

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Competências	Nível Classificativo			
	Elevado 20 valores	Bom 16 valores	Suficiente 12 valores	Insuficiente 4 valores
Experiência Profissional e Motivação para a Função (EPMF)				
Capacidade de Comunicação (CC)				
Capacidade para Trabalhar com Pessoas e Trabalhar em Rede (CTPTR)				
Capacidade para Criar e Inovar e Promover a Atualização Profissional (CCIPAP)				

Elevado – Responde às questões colocadas com elevados níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Bom – Responde às questões colocadas com bons níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Suficiente – Responde às questões colocadas com razoáveis níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Reduzido - Responde às questões colocadas com reduzidos níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Insuficiente - Responde às questões colocadas sem objetividade, clareza e pertinência.









S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

*[Handwritten signatures]*

---

---

---

---

Classificação Final da Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

CEPS= (EPMF + CC + CTPTR + CCIPAP) / 4

$$CEPS = ( \boxed{\phantom{00}} + \boxed{\phantom{00}} + \boxed{\phantom{00}} + \boxed{\phantom{00}} ) / 4$$

Nota da entrevista: \_\_\_\_\_ valores

(Local) \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

O júri \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_







S. R.  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

## ANEXO V

### FICHA 2

#### FICHA INDIVIDUAL DE CLASSIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

Referência BBG – área forense de Biologia

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Morada-Localidade: \_\_\_\_\_

#### I – Habilitação Académica (HA)

Habilitação	Valores	
Habilitação ao nível de licenciatura indicada no Anexo I	18 valores	<input type="checkbox"/>
Habilitação ao nível de mestrado nas áreas referidas no Anexo I	19 valores	<input type="checkbox"/>
Habilitação ao nível de doutoramento nas áreas referidas no Anexo I	20 valores	<input type="checkbox"/>

Pontuação máxima de 20 valores

#### II – Experiência Profissional (EP)

Experiência Profissional	Valores	
Experiência até 3 anos	5 valores	<input type="checkbox"/>
Experiência de 4 a 5 anos	10 valores	<input type="checkbox"/>
Experiência de 6 a 10 anos	15 valores	<input type="checkbox"/>
Experiência superior a 10 anos	20 valores	<input type="checkbox"/>

Pontuação máxima de 20 valores

Handwritten signatures and initials in blue ink.



S. R.  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

### III – Valorização Curricular / Formação Profissional

Valorização Curricular / Formação Profissional	Valores	
Sem formação	0 valores	<input type="text"/>
Por cada ação de formação de duração até 30 horas	1 valor	<input type="text"/>
Por cada ação de formação de duração entre 31 horas e 60 horas	2 valores	<input type="text"/>
Por cada ação de formação de duração superior a 60 horas	3 valores	<input type="text"/>
Por cada ação de formação, como formador(a), de duração até 30 horas	4 valores	<input type="text"/>
Por cada ação de formação, como formador(a), de duração superior a 30 horas	5 valores	<input type="text"/>
Participação como orador(a) em seminários, conferências e colóquios	4 valores	<input type="text"/>

Pontuação máxima de 20 valores

Classificação Final da Avaliação Curricular (AC)

$$CFAC = (HA + EP + VC/FP) / 3$$

CFAC =  +  +  / 3

Nota da Avaliação Curricular: \_\_\_\_\_ valores

(Local) \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

O júri \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

ANEXO VI

FICHA 3

Ficha Individual de classificação de EAC

Referência BBG – área forense de Biologia

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Habilitações literárias: \_\_\_\_\_

Competências	Nível Classificativo			
	Elevado 20 valores	Bom 16 valores	Suficiente 12 valores	Insuficiente 4 valores
Capacidade de Resposta a Problemas Concretos (CRPC)				
Identificação do Percorso Profissional e Motivação para a Função (IPPMIF)				
Definição e Avaliação de Objetivos Profissionais (DAOP)				
Avaliação de Pontos Fortes e Pontos Fracos para o Desempenho de Função apresentadas pelo candidato (APFPDF)				

Elevado – Responde às questões colocadas com elevados níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Bom – Responde às questões colocadas com bons níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Suficiente – Responde às questões colocadas com razoáveis níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Reduzido - Responde às questões colocadas com reduzidos níveis de objetividade, clareza e pertinência.

Insuficiente - Responde às questões colocadas sem objetividade, clareza e pertinência.









S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

# POLÍCIA JUDICIÁRIA

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

Classificação Final da Entrevista Avaliação Competências (EAC)

$$CEAC = (CRPC + IPPMF + DAOP + APFFDF) / 4$$

$$CEAC = ( \square + \square + \square + \square ) / 4$$

Nota da entrevista: \_\_\_\_\_ valores

(Local) \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

O júri \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

